



1 ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 24/04/2018

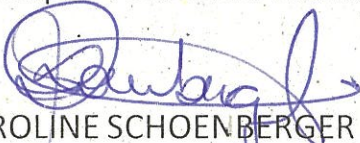
2 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, teve início às
3 dezoito horas e quinze minutos, na Câmara Municipal de Vereadores do
4 Município de Ponta Grossa, em segunda chamada com qualquer quórum, a
5 reunião ordinária com a presença da presidente do COMDEMA Caroline
6 Schoenberger, e os conselheiros Edilson Gorte (ACIPG); Vicente Nadal Neto
7 (Assoc. Eng. e Arquitetos), Juliano Jaronski (Câmara), Willis A. Amatneeks Jr
8 (EMATER), John Lenon de Goes (IPLAN), Giovana Paola primor Ribas (OAB),
9 Marcus Nadal Borsato (Instituto Ambiente Vivo), Ricardo Johansen
10 (NATUS), Fabiano Icker Oroski (SANEPAR), Brasil M. Valles Martins (Sind.
11 Empregados no Comércio de Ponta Grossa), Eldo Lauro Berger (SMAPA) e
12 Lia Maris Orth Antiqueira (UTFPR). Convidados: Luiz Gustavo B. Freitas e
13 Thiago Furquim de Almeida da CCR RodoNorte. A presidente do COMDEMA
14 Caroline Schoemberg, iniciou a reunião colocando em pauta a aprovação da
15 ata de 27/03/2018. Foi aprovada por unanimidade. Em seguida comunicou
16 o recebimento do ofício da SMMA informando ao conselho que foi realizada
17 a transferência financeira das contas do FUNDAM, para a conta do
18 Município, referente a desvinculação de 30% dos valores arrecadados no
19 exercício de 2017 nas contas 138-8 (Licenciamento) e 139-6 (Atos e Serviços
20 Ambientais), conforme Decreto nº 13.979/2018. A transferência da conta
21 138-8 foi de R\$ 73.127,84 e da conta 139-6 foi de R\$ 30.831,70. Informou
22 também o recebimento de ofício do Instituto Chico Mendes fazendo um
23 chamamento público para a formação do conselho consultivo para o
24 Parque Nacional dos Campos Gerais. Esclareceu que as instituições que
25 fazem parte do COMDEMA que tenham interesse em participar, deverão se
26 inscrever no site que foi enviado por e-mail. O período da inscrição é de
27 05/04/2018 à 05/05/2018. Comunicou ao conselho que enviou ao contador
28 do município, um ofício solicitando a prestação de contas do fundo desde a
29 criação até o final do ano de 2016, apresentando os descritivos de entrada
30 e saída de todas as contas pertencentes ao FUNDAM, extratos e
31 comprovantes de pagamentos. Solicitou também que fosse informado
32 porque não aparece na página de controle social do TCE, já que possui CNPJ
33 próprio. Informou que já recebeu a resposta do município e a mesma será
34 digitalizada e repassada aos conselheiros. Seguindo a pauta, chamou os
35 representantes da CCR RodoNorte para esclarecer sobre as obras que
36 foram realizadas no Arroio da Ronda. Com a palavra o Sr. Luiz Gustavo da
37 área de meio ambiente, onde informou que respondeu o ofício 22/17 em

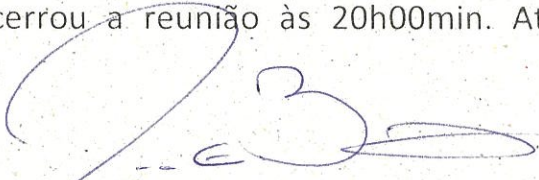


38 fevereiro deste ano e veio participar da reunião para fazer um relato das
39 ações... no final do ano de 2017 teve alagamentos com fechamento da
40 pista, resultando em uma situação de emergência. Antes de começar as
41 intervenções, as obras emergências foram comunicadas imediatamente ao
42 IAP e ao Instituto das Águas e posteriormente foi protocolado ofício para
43 regularização de outorga de desassoreamento e autorização ambiental no
44 IAP de Ponta Grossa. Após este protocolo informando a necessidade de
45 uma intervenção emergencial, foi orientado fazer a regularização através
46 de apresentação de uma planta da área de intervenção. Esta intervenção
47 foi de 1 km de desassoreamento: 200 metros a montante e 800 metros a
48 jusante. Com a palavra o Sr. Thiago responsável pela conservação da
49 rodovia, explicou que a obra durou aproximadamente 2 meses e foi retirado
50 uma grande quantidade de material encontrados no rio como pneus,
51 carcaça de geladeiras, fogões e outros. O conselheiro Ricardo da Natus
52 perguntou a quantidade e o destino final deste material retirado. O
53 representante da CCR Rodonorte informou que a quantidade de pneus foi
54 de 12 toneladas e o destino final foi em frente a TransPrimo, no sentido
55 norte. Não foi retirado do rio o material contaminado com óleo. O material
56 foi separado em três grupos: solo, pneus e quinquilharias que foram para
57 reciclagem. Foi realizado o recobrimento vegetal de toda a área, onde foi
58 plantada a hidro-semeadura no talude, na inclinação e na parte de cima do
59 rio. Com a palavra o conselheiro Gorte (ACIPG) perguntou se existem ações
60 da prefeitura para prevenção. O representante da CCR disse que é
61 imprescindível que seja desenvolvido uma ação principalmente com a
62 população ribeirinha a montante do rio, porém não existe nenhuma ação
63 formalizada pela prefeitura. O conselheiro Ricardo (NATUS) observou que
64 o problema deste arroio é consequência das obras que foram feitas no
65 entorno da cabeceira dos arroios de cima e também o lançamento
66 inadequado das águas de chuva e esgoto sanitário sem tratamento, ou seja,
67 o problema é saneamento básico. O Sr. Thiago (CCR) alertou que é preciso
68 mudar a consciência coletiva através da educação básica. Na réplica, o
69 conselheiro Gorte lembrou que a concessionária é responsável somente
70 pela área de domínio. A presidente Caroline observou que a Rodonorte fez
71 a sua parte depois que recebeu a notificação. Agora o conselho precisa ver
72 o que a prefeitura vai fazer em relação a isto. Porque quando fecha a
73 rodovia, são vidas humanas que estão em risco. O conselheiro Ricardo
74 (NATUS) perguntou se o relatório enviado ao conselho também foi enviado
75 à prefeitura. O Sr. Thiago esclareceu que este relatório faz parte do

76 processo de regularização da parte ambiental (emergencial) do IAP e do
77 Instituto das Águas, embasando os dois processos de licenciamento. O
78 conselheiro Ricardo (NATUS) sugeriu usar o relatório da Rodonorte e
79 encaminhar um estudo à prefeitura com uma proposta do conselho,
80 citando as ações que devem ser previstas e antecipadas para evitar um
81 novo alagamento em consequência das alterações da bacia. O conselheiro
82 Vicente Nadal (Associação dos Engenheiros) disse que as ações pontuais são
83 urgentes, e o conselho deve concentrar todos os esforços através de uma
84 câmara técnica para contribuir com projetos ou sugestões, porém águas
85 pluviais é responsabilidade do município que precisa ter a iniciativa de
86 chamar os agentes para participar. O representante da CCR Rodonorte
87 citou o exemplo de alguns municípios de São Paulo que fazem o
88 mapeamento e disponibilizam as áreas que são importantes e precisam ser
89 preservadas e em conjunto com órgãos ambientais fazem as demandas de
90 compensação das empresas que tem dificuldades de áreas para plantar,
91 direcionando para as áreas mapeadas. Também citou o programa
92 nascentes (programa municipal) que nasceu a partir da crise hídrica onde
93 participam ONG's e empresas. A presidente do conselho agradeceu a
94 presença dos representantes da CCR Rodonorte. Dando continuidade na
95 pauta, o conselheiro Ricardo da NATUS apresentou denúncia sobre a
96 interferência que está sendo feita no imóvel em frente a rotatória da Rua
97 Londrina e do centro de distribuição do mercado móveis. Mostrou a carta
98 imagem de 2009 e 2017. Observou que os banhados continuam os mesmos.
99 Questionou para onde está direcionado o último PV da SANEPAR. O
100 conselheiro Fabiano da SANEPAR explicou que existe um pedido na
101 SANEPAR para ser feito a realocação desta rede que passa no meio do
102 terreno e sai no triangulo na beira da rodovia. O conselheiro Ricardo disse
103 que neste triangulo existe uma caixa energizada que tem um motor que
104 joga o esgoto sanitário e a água do arroio que corre ali para a galeria de
105 águas pluviais. O conselheiro Fabiano da SANEPAR esclareceu que ali são
106 duas redes: a rede de água pluvial é esgoto clandestino que está descendo
107 pelo arroio. A SANEPAR tem a rede coletora de esgoto. A elevatória não
108 pertence a SANEPAR. Alguém instalou a elevatória para fazer o desvio do
109 arroio. O conselheiro Ricardo mencionou que existe uma segunda caixa
110 elevatória. As casas existentes são de invasão de APP. Sugeriu chamar a
111 COPEL para esclarecer sobre os dois pontos de luz, chamar a SANEPAR para
112 explicar e trazer as plantas da rede existente e justificar e solicitar à PMPG
113 inteiro teor do processo de licenciamento desta obra. O conselheiro Gorte

114 lembrou que foi esclarecido pelo promotor em uma reunião que aconteceu
115 no ECOMUSEU, que a obra de canalização tinha o aval do IAP e do Instituto
116 das Águas. O conselheiro Ricardo reafirmou o pedido para que o conselho
117 solicite cópia de inteiro teor das licenças para a prefeitura, o IAP e o
118 Instituto das Águas. Esclareceu que neste caso há necessidade de duas
119 outorgas: a outorga prévia e a outorga definitiva, por que será alterado o
120 curso do rio, para prever os impactos que não foram capitulados. Se estes
121 impactos estivessem sido capitulados no processo, tinha que ter alguma
122 medida compensatória ou de contenção na casa que está na área de APP e
123 que está sendo invadida pelas águas de chuva. Segundo os moradores, este
124 processo começou em 2013 e teve autorização do prefeito para fazer a
125 obra. Entende que o conselho deve solicitar esclarecimentos sobre o
126 procedimento que foi adotado para então sugerir à prefeitura, dependendo
127 da documentação que for apresentada, solicitar medidas recuperadoras
128 ambientais pelo empreendedor, medidas mitigadoras do impacto
129 ambiental e as medidas compensatórias de impacto ambiental e social.
130 Neste processo será possível ajustar e regularizar as casas que estão na
131 cabeceira do arroio através de uma medida compensatória sócio ambiental.
132 Também para aquelas casas que estão sofrendo impacto na foz, pelo desvio
133 da água. O conselheiro Gorte informou que a área entre o arroio e a
134 Visconde de Taunay é uma área de APP e o terreno era da PMPG. Quando
135 esta área entrou em hasta pública foi pedido para o Vereador Larocca que
136 fizesse constar na matrícula como área de APP. O terreno está parado
137 porque houve movimentação de terra sem autorização do IPHAN e como
138 compensação estão pagando o estudo arqueológico de uma área próxima
139 a Reserva/PR. A presidente do conselho informou que serão enviados
140 ofícios para a SANEPAR, COPEL, PMPG e IAP solicitando esclarecimentos e
141 informações. Na palavra livre, a conselheira Giovana da OAB propôs como
142 pauta para a próxima reunião uma minuta de resolução das câmaras
143 técnicas. A presidente Caroline encerrou a reunião às 20h00min. Ata
144 transcrita por Vera Lucia Rudek.

145 
146 CAROLINE SCHOENBERGER
147 Presidente COMDEMA

145 
146 PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
147 Secretário Executivo/PMPG/SMMA